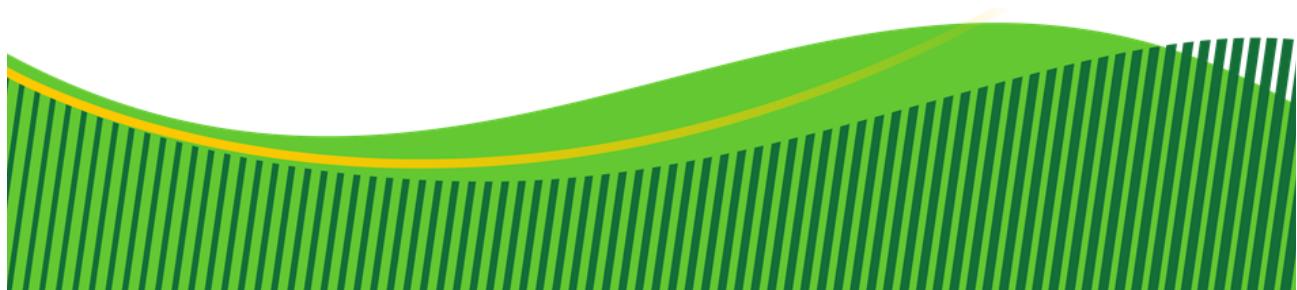


# Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e  
Investimento Bandeirantes - Sicredi  
Bandeirantes SP**

**Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardelro  
Av. Mostardelro, 322  
10º andar – Molhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil  
Tel: +55 51 3204-6500  
Fax: +55 51 3204-5699  
[www.ey.com](http://www.ey.com)

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Bandeirantes - Sicredi Bandeirantes SP**  
São Carlos - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Bandeirantes - Sicredi Bandeirantes SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Bandeirantes - Sicredi Bandeirantes SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 5 de março de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP015199/O-6

  
Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC - 1SP214144/O-1

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Bandeirantes - Sicredi Bandeirantes SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparéncia na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Bandeirantes - Sicredi Bandeirantes SP  
CNPJ/MF nº 04.853.988/0001-92

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>		<b>17.142</b>	<b>13.764</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>5.402</b>	<b>4.053</b>
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	334	168	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	3.215	2.534
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 05)	71	-	Depósitos à Vista		2.702	1.920
Vinculados à Prestação de Garantias		71	-	Depósitos a Prazo		513	614
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		5.905	5.173	<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>		12	9
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1	-	Recursos em Trânsito de Terceiros		12	9
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	5.904	5.173	<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO</b>	(NOTA 12)	180	186
OPERações DE CRÉDITO	(NOTA 06)	8.416	6.546	Empréstimos País - Outras Instituições		180	186
Operações de Crédito		9.093	7.347	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		1.995	1.324
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(677)	(801)	Cobrança e Arrecadação de Tributos		5	2
OUTROS CRÉDITOS		1.521	1.169	Sociais e Estatutárias		59	26
Rendas a Receber		22	24	Fiscais e Previdenciárias		65	50
Diversos	(NOTA 07)	1.518	1.159	Diversas	(NOTA 13)	1.866	1.246
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(19)	(14)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	895	708	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>11.897</b>	<b>10.565</b>
Outros Valores e Bens		935	704	<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		11.897	10.565
(Provisão para desvalorização)		(42)	-	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		11.897	10.565
Despesas Antecipadas		2	4	<b>DEPÓSITOS</b>	(NOTA 11)	11.897	10.565
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.288</b>	<b>4.246</b>	Depósitos a Prazo		11.897	10.565
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.288	4.246	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.131</b>	<b>3.392</b>
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 05)	-	84	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	(NOTA 14)	2.268	2.036
Vinculados à Prestação de Garantias		-	84	De Domiciliados no País		4.746	3.781
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	3.127	3.257	(Capital a Realizar)		(2.478)	(1.745)
Operações de Crédito		3.548	3.881	<b>RESERVAS DE SOBRAS</b>		1.548	1.265
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(421)	(624)	<b>SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS</b>		315	91
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	466	466				
Outros Investimentos		466	466				
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	487	260				
Outras Imobilizações de Uso		889	616				
(Depreciação acumulada)		(402)	(356)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	208	179				
Outros Ativos Intangíveis		315	244				
(Amortização acumulada)		(107)	(65)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>21.430</b>	<b>18.010</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>21.430</b>	<b>18.010</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Bandeirantes - Sicredi Bandeirantes SP**  
**CNPJ/MF nº 04.853.988/0001-92**

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.842</b>	-	<b>2.842</b>	<b>5.571</b>	-	<b>5.571</b>	<b>4.668</b>	-	<b>4.668</b>
Operações de Crédito	2.842	-	2.842	5.566	-	5.566	4.664	-	4.664
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	5	-	5	4	-	4
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.024)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1.026)</b>	<b>(1.982)</b>	<b>(7)</b>	<b>(1.989)</b>	<b>(2.527)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2.530)</b>
Operações de Captação no Mercado	(439)	(2)	(441)	(1.017)	(6)	(1.023)	(1.284)	(2)	(1.286)
Operações de Empréstimos e Repasses	(7)	-	(7)	(15)	(1)	(16)	(26)	(1)	(27)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(578)	-	(578)	(950)	-	(950)	(1.217)	-	(1.217)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.818</b>	<b>(2)</b>	<b>1.816</b>	<b>3.589</b>	<b>(7)</b>	<b>3.582</b>	<b>2.141</b>	<b>(3)</b>	<b>2.138</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.467)</b>	<b>40</b>	<b>(1.427)</b>	<b>(2.883)</b>	<b>91</b>	<b>(2.792)</b>	<b>(2.008)</b>	<b>74</b>	<b>(1.934)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	106	194	300	206	363	569	179	289	468
Rendas de Tarifas Bancárias	301	-	301	532	-	532	457	-	457
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(906)	(51)	(957)	(1.570)	(85)	(1.655)	(1.264)	(62)	(1.326)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 17)	(724)	(61)	(785)	(1.269)	(109)	(1.378)	(988)	(80)	(1.068)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(7)	(13)	(20)	(13)	(22)	(35)	(20)	(15)	(35)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	319	5	324	664	9	673	884	18	902
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(556)	(34)	(590)	(1.433)	(65)	(1.498)	(1.256)	(76)	(1.332)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>351</b>	<b>38</b>	<b>389</b>	<b>706</b>	<b>84</b>	<b>790</b>	<b>133</b>	<b>71</b>	<b>204</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(42)</b>	<b>(6)</b>	<b>(48)</b>	<b>(44)</b>	<b>(31)</b>	<b>(75)</b>	<b>2</b>	<b>(7)</b>	<b>(5)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>309</b>	<b>32</b>	<b>341</b>	<b>662</b>	<b>53</b>	<b>715</b>	<b>135</b>	<b>64</b>	<b>199</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>7</b>	<b>7</b>	-	-	-	-	<b>(16)</b>	<b>(16)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	3	3	-	-	-	-	(7)	(7)
Provisão para Contribuição Social	-	4	4	-	-	-	-	(9)	(9)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>309</b>	<b>39</b>	<b>348</b>	<b>662</b>	<b>53</b>	<b>715</b>	<b>135</b>	<b>48</b>	<b>183</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>53</b>	<b>(53)</b>	-	<b>48</b>	<b>(48)</b>	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>309</b>	<b>39</b>	<b>348</b>	<b>715</b>	-	<b>715</b>	<b>183</b>	-	<b>183</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(400)</b>	-	<b>(400)</b>	<b>(92)</b>	-	<b>(92)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(85)	-	(85)	-	-	-
Fates - Estatutário	-	-	-	(32)	-	(32)	(9)	-	(9)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(283)	-	(283)	(83)	-	(83)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	-	-	-	<b>315</b>	-	<b>315</b>	<b>91</b>	-	<b>91</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**(Em milhares de Reais)**

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Bandeirantes - Sicredi Bandeirantes SP**  
**CNPJ/MF nº 04.853.988/0001-92**

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>1.726</b>	<b>1.182</b>	<b>210</b>	<b>3.118</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	209	-	(209)	-
Outras destinações	-	-	(1)	(1)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	245	-	-	245
Baixas de capital	(144)	-	-	(144)
Resultado do período	-	-	183	183
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(9)	(9)
Reserva Legal - Estatutária	-	83	(83)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>2.036</b>	<b>1.265</b>	<b>91</b>	<b>3.392</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>310</b>	<b>83</b>	<b>(119)</b>	<b>274</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>2.036</b>	<b>1.265</b>	<b>91</b>	<b>3.392</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	91	-	(91)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	287	-	-	287
Baixas de capital	(229)	-	-	(229)
Resultado do período	-	-	715	715
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(32)	(32)
Reserva Legal - Estatutária	-	283	(283)	-
Juros sobre o Capital Próprio	83	-	(85)	(2)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>2.268</b>	<b>1.548</b>	<b>315</b>	<b>4.131</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>232</b>	<b>283</b>	<b>224</b>	<b>739</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)</b>	<b>2.122</b>	<b>1.265</b>	<b>367</b>	<b>3.754</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	154	-	-	154
Baixas de capital	(91)	-	-	(91)
Resultado do período	-	-	348	348
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(32)	(32)
Reserva Legal - Estatutária	-	283	(283)	-
Juros sobre o Capital Próprio	83	-	(85)	(2)
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>2.268</b>	<b>1.548</b>	<b>315</b>	<b>4.131</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>146</b>	<b>283</b>	<b>(52)</b>	<b>377</b>

**As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**(Em milhares de Reais)**

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Bandeirantes - Sicredi Bandeirantes SP**  
**CNPJ/MF nº 04.853.988/0001-92**

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>296</b>	<b>603</b>	<b>1.016</b>
Resultado do semestre/exercício	348	715	183
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>(52)</b>	<b>(112)</b>	<b>833</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(182)	(327)	735
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	42	42	-
Provisão para desvalorização de outros créditos	2	5	6
Depreciação do imobilizado de uso	63	111	86
Amortização do intangível	20	42	22
Baixas do ativo permanente	39	41	-
(Reversão) para passivos contingentes	-	-	(13)
Destinações ao FATES	(32)	(32)	(9)
Dividendos SicrediPar	(4)	6	6
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>103</b>	<b>688</b>	<b>300</b>
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	-	13	(12)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	229	(1)	1
(Aumento) em operações de crédito	(969)	(1.413)	(1.844)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(240)	-	(1)
(Aumento) em outros créditos	(331)	(363)	(206)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	16	(229)	(706)
Aumento em depósitos	886	2.013	2.975
Aumento em relações interdependências passivas	4	3	2
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	8	(6)	(95)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(9)	(23)
Aumento em outras obrigações	500	680	209
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>399</b>	<b>1.291</b>	<b>1.316</b>
Aquisição de Imobilizado de Uso	(88)	(379)	(68)
Aplicações no Intangível	(42)	(71)	(62)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(130)</b>	<b>(450)</b>	<b>(130)</b>
Integralização de capital	154	287	245
Baixa de capital	(91)	(229)	(144)
Juros ao capital próprio	(2)	(2)	-
Distribuição de Sobras	-	-	(1)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>61</b>	<b>56</b>	<b>100</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>330</b>	<b>897</b>	<b>1.286</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	5.908	5.341	4.055
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	6.238	6.238	5.341

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Bandeirantes - Sicredi Bandeirantes SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 20/02/2002 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.934)</b>	-	<b>(1.934)</b>
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(1.101)	33	(1.068)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(1.299)	(33)	(1.332)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 05 de Março de 2018.

## **NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

### **c) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

### **d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

### **e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

### **f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

### **g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

### **h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

### **i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

### **j) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

### **k) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**I) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**n) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

**o) Ativos e Passivos contingentes**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**p) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Disponibilidades	334	168
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	5.904	5.173
Total	6.238	5.341

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

**NOTA 05 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Títulos Dados em Garantia - Outros	71	-
Total circulante	71	-
Títulos Dados em Garantia - Outros	-	84
Total realizável a longo prazo	-	84

## NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

### a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	8.410	2.908	11.318	9.734
Financiamentos	683	640	1.323	1.494
Carteira total	9.093	3.548	12.641	11.228

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	1.330	-	1.330	970
Total	1.330	-	1.330	970

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

### b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	6.932	5.987	35	30
Nível B	1,00	3.502	2.322	34	23
Nível C	3,00	1.533	1.158	46	35
Nível D	10,00	687	732	69	73
Nível E	30,00	328	393	98	118
Nível F	50,00	241	698	121	349
Nível G	70,00	112	323	78	226
Nível H	100,00	636	585	636	585
Total (i)		13.971	12.198	1.117	1.439

### c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			2016
		A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	355	3.090	2.002	2.418	7.865
Industrial	4	253	71	152	480
Comércio	85	1.830	528	579	3.022
Outros Serviços	176	1.552	477	399	2.604
Total	620	6.725	3.078	3.548	13.971
					12.198

### d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	2.164	15,49	1.794	14,71
50 devedores seguintes	3.974	28,44	3.647	29,90
100 devedores seguintes	3.494	25,01	3.280	26,89
Demais	4.339	31,06	3.477	28,50
Total	13.971	100	12.198	100

### e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016
Saldo inicial	1.439	698
Constituição de provisão	950	1.217
Movimentação de baixados para prejuízo	(1.272)	(476)
Saldo final	1.117	1.439

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 266 (2016 - R\$ 142 ), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

## NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	14	7
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	109	110
Impostos e contribuições a compensar	10	3
Títulos e créditos a receber	1.330	970
Operações com cartões	2	3
Pendências a regularizar	2	4
Outros	51	62
Total Circulante	1.518	1.159

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

## NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	935	704
Imóveis	855	704
Veículos e afins	80	-
Despesas antecipadas	2	4
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(42)	-
Total Circulante	895	708

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 42 (2016 - R\$ ) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

## NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	260	260
Sicredi Participações S.A.	205	205
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	466	466

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	<b>66.336 ON</b>	66.336 ON	1	1	<b>260.449</b>	260.449
	<b>138.375 PN</b>	138.375 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	<b>0,02%</b>	0,02%	<b>0,61%</b>	0,63%	<b>0,14%</b>	0,16%
Capital social	<b>874.847</b>	869.279	164	165	<b>191.882</b>	159.866
Patrimônio líquido	<b>893.040</b>	911.739	<b>240.569</b>	204.709	<b>193.372</b>	161.330
Lucro líquido do exercício	<b>16.863</b>	41.442	<b>35.861</b>	10.965	-	-
Valor do investimento	<b>205</b>	205	1	1	<b>260</b>	260

#### NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	889	(402)	487	260
Instalações	10%	392	(165)	227	37
Móveis e equipamentos de uso	10%	143	(65)	78	71
Sistema de comunicação	10%	11	(5)	6	4
Sistema de processamento de dados	20%	225	(121)	104	67
Sistema de segurança	10%	72	(32)	40	40
Sistema de transporte	20%	46	(14)	32	41
Intangível (i)		315	(107)	208	179
Investimentos Confederação		315	(107)	208	179
Total		1.204	(509)	695	439

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

#### NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	2.702	-	-	2.702	1.920
Depósitos a prazo	68	445	11.897	12.410	11.179
Total	2.770	445	11.897	15.112	13.099

#### NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	180	186
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	180	186
Total circulante	180	186

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

#### NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	130	-
Provisão para pagamentos a efetuar	292	165
Pendências a regularizar	-	1
Operações com cartões	1.330	977
Demais fornecedores	37	32
Credores diversos	77	71
Total circulante	1.866	1.246

**NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Capital Social	2.268	2.036
Total de associados	2.227	1.843

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 232 (2016 – R\$ 310), sendo R\$ 174 (2016 – R\$ 209) via integralização de resultados e R\$ 287 (2016 – R\$ 245), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 229 (2016 – R\$ 144).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Bandeirantes - Sicredi Bandeirantes SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4% em Conta Capital, no montante de R\$ 85, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Bandeirantes - Sicredi Bandeirantes SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos iuros sobre capital próprio	715	199
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(300)	(84)
<b>Exclusões / (Adições):</b>		
Incentivos Fiscais	-	7
Provisão resgate de milhas cartão	4	(1)
Provisão PPR	1	(1)
Receita com atos cooperativos	278	57
Juros sobre capital próprio	36	-
Outros	(19)	6
<b>Subtotal</b>	300	68
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(16)

## NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Ativo</b>		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	5.904	5.173
Outros Créditos - Rendas a receber	12	9
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	118	128
Investimentos (Nota 09)	466	466
Intangível (Nota 10)	208	179
<b>Passivo</b>		
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	180	186
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	1.304	959
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	5	4
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	5	5
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 18)	539	755
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	16	27
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 17)	75	66
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	763	925

### b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

<b>Natureza da operação</b>	<b>2017</b>	<b>% em relação ao total</b>	<b>2016</b>
Depósitos à vista	7	0,26%	29
Depósitos a prazo	508	4,09%	641
Operações de crédito	566	4,48%	256

### c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

<b>Benefícios</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Pessoas chave da administração	228	193

## NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<b>2017</b>	<b>2016 (Reapresentado)</b>
Despesa de água, energia e gás	20	16
Despesa de aluguéis	156	150
Despesa de comunicação	107	79
Despesa de manutenção e conservação	108	44
Despesa de material	17	17
Despesa processamento dados	40	18
Despesa de promoções e relações públicas	107	117
Despesa de seguro	3	6
Despesa de serviços do sistema financeiro	183	154
Despesa de serviços de terceiros	64	28
Despesa de serviços de vigilância e segurança	69	67
Despesa de serviços de técnicos especializados	90	72
Despesa de serviços de transportes	57	20
Despesa de viagem	17	17
Outras despesas administrativas	340	263
Total	1.378	1.068

## NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	88	75
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	520	720
Reversão de provisões operacionais	43	64
Outras rendas operacionais	22	43
Total	<b>673</b>	902

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

## NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	414	170
Contribuição O.C.E.	6	5
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	45	365
Contribuição Confederação Sicredi	402	279
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	211	160
Contribuição Sureg	2	-
Encargos da administração financeira	3	4
Repasso administradora de Cartões	43	43
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	42	23
Outras provisões operacionais	51	43
Outras despesas operacionais	279	240
Total	<b>1.498</b>	1.332

## NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

### I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

### II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

### III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

### IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

## **NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

<b>Limites operacionais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>3.976</b>	3.298
<b>Nível I (NI)</b>	<b>3.976</b>	3.298
<b>Capital principal - CP</b>	<b>3.976</b>	3.298
Capital social	<b>2.268</b>	2.036
Reservas de capital	<b>1.548</b>	1.265
Lucros acumulados	<b>315</b>	91
Ajustes Prudenciais	<b>(155)</b>	(94)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>16.841</b>	14.072
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>1.786</b>	1.469
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>23,61%</b>	23,44%
Situação de Imobilização (Imob)	<b>541</b>	346
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>13,60%</b>	10,50%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

## **NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

---

Flávio Evandro Matheus Salik

Presidente

CPF: 021.046.709-69

---

Cleber Luis Semensato de Carvalho  
Vice-Presidente  
CPF: 149.500.528-37

---

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20